



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

AVALIAÇÃO DA APRENDIZEM NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA:

Escola bem avaliada- fruto de uma boa aprendizagem.

Rosilene Pereira Silva Nóbrega

Professora-orientadora: Prof. Dr.^a Otília Maria A. N. A. Dantas

Professora monitora-orientadora: Prof. Dr.^a Liliane Campos Machado

Brasília, Junho de 2014

Rosilene Pereira Silva Nóbrega

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZEM NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DA ESCOLA:**

Escola bem avaliada- fruto de uma boa aprendizagem

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora Prof^a Dra Otilia Maria A. N. A. Dantas e Orientadora Prof^a Dra Liliane Campos Machado.

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSILENE PEREIRA SILVA NÓBREGA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZEM NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA:

Escola bem avaliada- fruto de uma boa aprendizagem

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Dra. Otilia Maria A. N. A. Dantas - UnB/FE/MTC
(Monitora-orientadora)

Dr.^a Liliane Campos Machado - UnB/FE/MTC

Prof. Ms. Marcos Alberto Dantas – UnB/FACE/ADM
(Examinador externo)

Brasília (DF), 26 Julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, pela paciência nas horas em que não pude lhe dar atenção e aos meus filhos por terem compreendido os momentos em que eu precisei ficar sozinha produzindo meus trabalhos. A minha professora tutora Aparecida Cleia Gerin pelos ótimos incentivos durante toda a jornada. Agradeço em especial a minha orientadora Liliane Campos Machado que com bastante competência me trouxe até aqui. E pelas grandes contribuições que meus colegas me passaram através dos fóruns interativos do curso.

Só quem se colocou no meio de dois extremos pode vê-los e avalia-los ambos ao mesmo tempo, isto é, observar o Céu em função da Terra e a Terra, em função do Céu. (Ubaldi, 1996: 30)

RESUMO

Este trabalho foi produzido a partir de minha vivência como gestora da Escola Classe 12 do Gama nos anos de 2008 à 2011, e em particular nas observações feitas por mim nos processos avaliativos existentes nesta unidade escolar. Por ser tratar de uma escola de séries iniciais, onde os processos de alfabetização bem como a finalização do letramento e domínio das quatro operações se dão, ou deveriam acontecer neste período, muito me chamou a atenção sobre como ocorre às avaliações de aprendizagens nesta fase. Ao me aprofundar neste quesito-avaliação de aprendizagem-, logo me deparei com as avaliações externas, onde o Estado passou a ser o avaliador da unidade escolar, ditando as metas a serem seguidas pela referida escola. Neste ponto, observei que essas avaliações estavam dissociadas do cotidiano das salas de aula, onde os professores não faziam a interface com sua prática pedagógica, e quando os relatórios dessa avaliação chegaram e nós, equipe gestora, íamos discutir com os docentes os resultados obtidos, o grupo não aceitou os dados, recusando-se a analisá-los, bem como explorar as avaliações em sala de aula, em conformidade com as competências e habilidades esperadas para as turmas. No ano de 2008, foi instituída pelo governo local, a avaliação institucional em nosso calendário escolar, prática nova em nossa rotina. Pois bem, fizemos uma avaliação com formulários para os quesitos externos à sala de aula e para analisar o cotidiano pedagógico coube o debate e mais uma surpresa, a auto-avaliação feita por cada um dos docentes foi uma total negação da realidade que vivemos na escola. Diante disso, mesmo depois de minha saída da escola, no ano de 2012, essa questão me acompanhou, pois como órgão educacional, uma escola tem que ter bem definidos os critérios de avaliação em seu PPP e, por conseguinte, trabalhar as várias formas avaliativas- internas, externas e institucionais-, de modo a se buscar a excelência na educação, não negando nenhum caminho que possa contribuir para a obtenção de seus objetivos maiores- uma educação pública de qualidade para seus alunos. Abordarei todas as formas existentes na literatura sobre avaliações, passando pelas de aprendizagens, externas e institucionais, procurando fazer um elo entre estas, de modo a não supervalorizar uma em detrimento das outras, abordando a problematização à luz de teóricos da área, envolvendo todos os participantes do processo. Foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa e quantitativa, dando uma visão geral de como ocorrem às avaliações nesta unidade de ensino.

Palavras chaves: Avaliação de Aprendizagem, Avaliações externas e Avaliações Institucionais.

SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MEC	Ministério da Educação
OI's	Organismos Internacionais
OCDE	Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OP's	Orientações Pedagógicas
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPP	Projeto Político e Pedagógico

SUMÁRIO

<i>Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora Profª Dra Otília Maria A. N. A. Dantas e Orientadora Profª Dra Liliane Campos Machado.</i>		<i>1</i>
INTRODUÇÃO		9
1 A AVALIAÇÃO AO LONGO DO TEMPO		12
1.1 Conceito e Contexto histórico		12
1.2 Avaliação de Aprendizagem		14
1.2.1 Tipos.....		14
1.2.2 Organização		16
1.3 Avaliação Institucional		18
1.3.1 Tipos:.....		19
1.3.2 Organização:		21
1.4 Articulação: Avaliação de Aprendizagem e Avaliação Institucional		24
1.4.1 Formas de gestão e articulações:.....		24
1.4.2 Fatores determinantes dessa articulação:		26
2 METODOLOGIA		29
3 ANÁLISE DE DADOS		32
3.1 Análises dos Índices das Avaliações Externas feitas pelo Estado.....		36
3.2 Análise das Avaliações Institucionais		38
4 CONCLUSÃO		41
Bibliografia.....		44
APÊNDICE A.....		46
APÊNDICE B.....		55

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado na Escola Classe 12 do Gama, situada à Quadra 01, Área Especial, Setor Norte, Gama.

A escola atende aos alunos do Ensino Fundamental, séries iniciais regulares e classe especial com alunos deficientes auditivos.

Estão matriculados, atualmente, 09 turmas no turno matutino e 10 no vespertino, sendo 02 (duas) delas, classe especial, com um total de 376 alunos.

A escola conta com laboratório de informática, orientadora educacional, pedagoga, e professora da sala de recursos, procurando dar o suporte necessário ao bom andamento do trabalho pedagógico na escola. Há uma quadra poliesportiva e um parque que é utilizado apenas para recreação dos alunos. Como temos turmas especiais, estes contam com atendimento no contra turno, na sala de recurso generalista, neste espaço são realizados atendimentos de ritmo, fala e português como segunda língua.

Em relação a gestão de ações pedagógicas, quando necessário, a escola tem feito intervenções nesses segmentos buscando melhorar o desempenho na aprendizagem dos alunos que estão defasados. Nas turmas do 1º aos 3º anos (alfabetização), ocorre o reagrupamento. Nesta etapa os discentes são divididos em grupos – pré-silábico, silábico alfabético e alfabético-, durante 2 (duas) horas por dia são trabalhados conteúdos visando beneficiar o ensino aprendizagem desses alunos, tendo como principal objetivo retorná-los as suas turmas de origem com melhor desempenho nos níveis de aprendizagem, mantendo-os assim, nivelados com as competências e habilidades da série em que estão matriculados.

Já para os alunos do 4º e 5º anos das séries iniciais ocorrem intervenções com a ajuda dos coordenadores. A professora regente sai de sala com os discentes que precisam de atendimentos específicos e os outros ficam com um coordenador, dando andamento as atividades propostas pela professora regente. Esta ação pedagógica ocorre duas vezes por semana, durante 1 hora e meia.

Desde que foram implantadas as avaliações externas, por parte do governo, a escola vem apresentando crescimento em seus índices. Porém, o grande desafio é

fazer com que essas avaliações sejam encaradas por todos os participantes do processo educacional como um fator aliado, que poderá proporcionar a todos os atores nele envolvidos opinar e ou realizar planos de unidade, adequar o planejamento escolar, etc. trazendo assim, maiores benefícios ao ensino aprendizagem.

Mediante os fatos colocados, surge o desafio: como rever as práticas pedagógicas à luz das avaliações de aprendizagens, ampliando nossa visão das avaliações institucionais?

Para responder a esta pergunta, o trabalho ora apresentado visa investigar como podem ser revistas às práticas pedagógicas à luz das avaliações de aprendizagens, ampliando nossa visão das avaliações institucionais, oportunizando:

- Analisar os dados referentes às avaliações internas e externas da escola e o seu impacto nas práticas pedagógicas;
- Analisar as mudanças propostas e colocadas em práticas pelo colegiado e os seus impactos frente às novas avaliações internas e externas;
- Analisar se tais mudanças favoreceram a uma nova concepção de avaliação institucional.
- Propor, através de toda a análise, recomendações para que a instituição possa melhorar sua prática em relação a avaliação.

Diante do exposto, os segmentos de ensino institucionalizados, sistematizados e às políticas públicas são os responsáveis pela formação de cidadãos críticos capazes de atuarem neste mundo cada dia mais competitivo. Constantemente, somos postos à avaliação, com parâmetros definidos e objetivos a serem alcançados, urge, portanto, que sejamos aptos a absorver esses valores e desafios que remontam “Essa é a nova era”.

A escola não poderia se furtar a tal situação. Mas o que vemos dentro dos muros escolares, quando essas avaliações são divulgadas, são cenas onde, na maioria das vezes, os docentes se levantam contra esses índices, não os reconhecendo com válidos diante do trabalho que se é realizado na escola.

O que se nota, é uma resistência pela resistência, pois os fundamentos não chegam a ser suficientes para se rejeitar o objetivo do processo, que nada mais é

que oferecer dados suficientes e capazes de nortear o trabalho pedagógico, indicando onde e como se pode melhorar.

Não obstante, este trabalho surge a partir de minha vivência como gestora nesta unidade educacional e as dificuldades por mim encontradas em se trabalhar os índices das avaliações internas e externas com o grupo de professores com vistas a um aprofundamento de nossa avaliação institucional, para isso empreguei uma pesquisa metodológica buscando analisar os relatórios de rendimento da unidade, e uma abordagem qualitativa/quantitativa, com questionários aplicados aos gestores e docentes, como uma investigação sobre os métodos adotados pela escola na praxi de avaliações.

1 A AVALIAÇÃO AO LONGO DO TEMPO

1.1 Conceito e Contexto histórico

Quando ouvimos a palavra avaliação logo nos reportamos à ideia de mensuração, averiguação, dando o sentido de valor, que algo ou alguém será avaliado, será arbitrada um valor a uma ação/atividade.

Na educação não nos furtamos a esse processo. O tempo todo o aluno é avaliado, o processo pedagógico é avaliado, a escola é avaliada, o sistema educacional é avaliado. Brandalise nos diz

A complexidade inerente aos processos avaliativos torna evidente a exigência com os resultados do desempenho dos alunos e com o desempenho das escolas, mostra que atualmente a avaliação educacional tem uma perspectiva muito mais ampliada, não se atendo apenas aos resultados do rendimento escolar, mas a todos os elementos que permeiam o processo ensino-aprendizagem, ou seja, a toda a realidade educativa. (BRANDALISE, 2010, p. 324)

Não se pode avaliar por avaliar. A avaliação é um importante mecanismo de *feedback* que deve ser usado constantemente, não apenas em sala de aula, mas em todo o processo educacional, permitindo ter uma visão real do todo.

Dentro da ótica democrática o ato avaliativo deve estar em harmonia com os objetivos do coletivo, definidos no Projeto Político e Pedagógico da unidade escolar, geridos pelos gestores de forma transparente e democrática, como bem nos diz Lück

Em que medida os diretores escolares têm praticado a gestão, com forte componente de liderança mobilizadora da participação efetiva e conscientizadora dos membros da comunidade escolar, na formação e aprendizagem dos alunos, com qualidade. Ou com que incidência há os que, ainda enfatizam em sua atuação a formalidade, a burocracia, a obediência limitada a normas e regulamentos, sem consideração com a dimensão humana do trabalho, com suas dinâmicas e suas tensões naturais. (LUCK, 2009, p. 102)

Cabe ao gestor ter a percepção das necessidades da unidade escolar e intervir de modo eficaz para o bom andamento das atividades pedagógicas da escola, considerando todos os aspectos envolvidos no processo.

As avaliações institucionais são classificadas, segundo Afonso (2009), de duas maneiras: quando ocorrem para comparar escolas de um mesmo país são chamadas de **macro avaliações**, e quando são realizadas para comparar escolas de diferentes países são chamadas de **mega avaliações**.

A avaliação institucional acontece há muitas décadas por Organizações Internacionais (OIs), e são utilizadas como forma de orientação as políticas públicas educacionais, sendo realizadas desde a década de 60, sob a responsabilidade da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Somente depois da década de 90, com a crise nas universidades, a avaliação institucional passou a ter consistência. A comparação de desempenho foi amplamente aceita como dado de referência para os países participantes, porém sem levar em consideração os fatores internos de cada país, trazendo, assim, um desconforto quando seus dados são divulgados. Com isso a OCDE passou a ter um status de Organismo Internacional, ditando as regras de avaliação para os países participantes.

No cenário nacional o Estado vem aplicando avaliações institucionais, buscando um retrato das condições da educação, que visam o redirecionamento das políticas nacionais para a educação. Segundo Limeira

O Estado-avaliador cumpre o papel de fortalecer uma cultura mundial estabelecida por organismos diversos que têm por função manter o padrão de organização dos países desenvolvidos com a formação de indivíduos que produzam mais e melhor na ordem de produção capitalista. (LIMEIRA, 2012, p. 8)

Da mesma forma que ocorre nas avaliações internacionais, muitas vezes o Estado-avaliador desconsidera as condições de cada escolar, avaliando-as de forma igualitária e quando os dados são divulgados, são apontados como responsáveis pelo insucesso da unidade escolar os agentes que lá trabalham e desenvolvem suas atividades, desconsiderando os fatores sociais tão importantes em um processo de ensino e aprendizagem.

1.2 Avaliação de Aprendizagem

Instrumento utilizado pelo professor para avaliar seus alunos dentro de padrões pré-estabelecidos em seu planejamento pedagógico, em um determinado espaço de tempo. E em conjunto com outras ações, quantitativas e qualitativas, tem como finalidade a classificação para outro nível de aprendizagem. E segundo Luchesi

[...] avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com o projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. (LUCHESE, 1990, p. 71)

O professor, de posse destes dados, deverá fazer uma análise ampla do progresso dos alunos, sempre dentro das propostas do projeto pedagógico, visando o alcance das metas propostas em função do sucesso acadêmico dos alunos, como nos diz os autores.

Tanto a nota quanto o conceito é uma forma de escalonar. O que se deve querer é acompanhar a evolução do aluno, não somar e produzir médias. Nessa acepção, a nota deveria mostrar o diagnóstico verdadeiro sobre a aprendizagem e a evolução do aluno, não só em termos curriculares, de conteúdos, mas de toda uma evolução social e pessoal e o professor, por sua vez, assumir o compromisso de intervir para garantir o direito de o aluno aprender. (SUDBRACK & COCCO, 2012, p. 13)

O sentido do ato avaliativo deverá ser sempre a buscar constatar a melhoria do indivíduo avaliado.

1.2.1 Tipos

1.2.1.1 Quanto à regularidade:

- **Contínua**, quando o professor faz do ato de avaliar um processo diário dentro de sua sala de aula.
- **Pontual** quando o professor marca dias específicos para a realização das avaliações;

1.2.1.2 Quanto ao avaliador:

- **Interna** quando o próprio professor elabora e aplica a avaliação com seus alunos.
- **Externa** quando o Estado realiza as avaliações de forma a sondar a qualidade de ensino de sua rede.

1.2.1.3 Quanto ao foco:

- **Diagnóstica:** momento que o professor, através desta avaliação, busca subsídios para a elaboração de sua proposta pedagógica para a referida turma.
- **Qualitativa:** através de observações da turma, o professor analisará o desenvolvimento de seus alunos, elencando o interesse bem como as dificuldades de cada um.
- **Mediadora:** o professor trabalhará com o aluno através dos erros por este cometidos, redirecionando sua prática pedagógica em função dos seus alunos, buscando caminhos alternativos para o sucesso da aprendizagem.
- **Formativa:** Está intimamente ligada ao processo de ensino aprendizagem. O professor aplica a fim de obter *feedback* de sua ação educativa em um período de tempo.
- **Processual ou final:** Refere-se aos momentos de recuperação. Processual quando o professor avalia seu aluno em recuperação ao longo do processo e final quando, ao final do ano ou período letivo, o aluno é submetido a uma avaliação a fim de suprir as notas anteriores.

Ainda, de acordo com Luchesi, todos isso que o professor usa e que chama de avaliação, nada mais é que instrumentos de coleta de dados, que subsidiam a atribuição de uma nota aos alunos.

1.2.2 Organização

O processo avaliativo de aprendizagem depende de como a escola, o sistema de governo está estruturado, pois cada unidade, seja escolar ou governamental, tem que ter claro seus objetivos e como será desenvolvido o trabalho pedagógico e avaliativo dentro das unidades, a fim de se oferecer o melhor caminho para os alunos. Sordi e Ludke nos chama atenção para isto

A organização do trabalho escolar como atividade que reúne diferentes atores é afetada por diversidades de concepções, interesses, valores. Disto deriva a necessidade de construção de acordos mínimos para que se balizem as decisões que são tomadas, sem os quais se pode comprometer a eficácia do trabalho planejado. A avaliação da aprendizagem como uma categoria constitutiva do trabalho pedagógico com alta força indutora nas formas de agir dos atores escolares merece atenção especial visando entender/desvelar seu *modus operandi*, dentro da sala de aula, dentro e fora da escola. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

Não se pode negar o ato de avaliar dentro da unidade escolar, pois sem ele, a escola não teria mecanismos de comparação, a fim de verificar se o processo de ensino aprendizagem alcançou seus objetivos, ou seja, se o aluno conseguiu desenvolver suas habilidades, através dos conhecimentos apreendidos na escola. Porém, os professores envolvidos no ato de avaliar devem redobrar a sua atenção, não fazendo da avaliação um mecanismo único, valorizando as notas em detrimento de todo o processo de aprendizagem, onde o aluno deve ser observado em sua crescente busca pelo aperfeiçoamento. Muitas vezes o aluno não alcançou a nota desejada para sua aprovação, porém, ao longo do processo obteve ganhos consideráveis de aprendizagem, nestes casos o profissional de educação não pode desconsiderar tal fato.

Existem formas de organizações escolares que, após as avaliações de aprendizagem, classificam seus alunos seguindo as seguintes estruturas:

- **Seriação:** os alunos são agrupados de forma homogenia, de acordo com sua idade, seu grau de entendimento e suas relações de experiências de

aprendizagem quanto à capacidade intelectual. Durkheim (1995), ainda nos diz

Uma série, com efeito, é um grupo de crianças que são educadas juntas. Mas essa comunidade de instrução implica que elas apresentem uma homogeneidade intelectual suficiente para poderem ser instruídas ao mesmo tempo e da mesma maneira, elas não podem estar por demais distantes umas das outras, desde o ponto de vista intelectual. (DURKHEIM, 1995, p. 282)

Desta forma, ao final do ano letivo, pretende-se que todos os alunos obtenham êxito, e aqueles que destoarem desta perspectiva, são reprovados, de acordo com os critérios de avaliações adotadas na seriação. Porém, à medida que o acesso ao ensino foi sendo universalizada, a reprovação, na modalidade de seriação, vem sendo questionada, tendo em vista que os processos avaliativos tendem a excluir os alunos e, partindo do pressuposto que cada aluno tem um tempo e modo de se desenvolver e apreender os conteúdos ministrados pela escola, esse sistema se mostra falho, contrapondo-se ao direito universal de acesso à educação.

- Ciclos: forma de organização escolar onde o ensino será ministrado de acordo com as demandas de aprendizagens de cada aluno em suas diversas dimensões. Segundo Jacomini

Os ciclos requerem uma reorganização dos tempos e espaços escolares, do currículo, da avaliação, da relação professor/aluno/comunidade com o objetivo de permitir maior centralidade na aprendizagem que no ensino. (JACOMINI, 2009, p 562)

A forma de avaliação nesta modalidade leva em consideração o desenvolvimento individual do aluno e não será delimitada em um tempo certo. A aprendizagem do aluno se dará de forma contínua, não sendo aceitável a retenção deste. O que não foi apreendido em um ano se fará no ano seguinte. Isso nos mostra que a forma do desenvolvimento pedagógico que o professor fará será decisiva para que se alcance os objetivos destes sistemas, pois o professor terá que ter uma visão ampla de como trabalhar cada aluno em seu tempo de aprendizagem, levando em consideração suas necessidades educacionais.

O objetivo principal dessa nova forma de organização do ensino é ampliar o tempo para a aprendizagem, permitindo a continuidade, a flexibilidade e o respeito aos ritmos de cada aluno no processo de construção de conhecimento, procurando resolver basicamente o problema do fracasso

escolar, já que, segundo essa lógica, a estrutura de série estabelece um ano para o sujeito realizar determinadas aprendizagens não permite essa flexibilização em relação ao processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, a organização do ensino, sendo estruturada por meio de ciclos, poderia permitir que o tempo para a realização das aprendizagens fosse organizado atendendo às necessidades individuais em um tempo maior que o tradicional ano letivo. (PAOLI & COSTA, 2004, p. 136)

A avaliação não terá como finalidade a retenção e sim o redirecionamento das propostas pedagógicas para o pleno desenvolvimento dos alunos.

1.3 Avaliação Institucional

Processo pelo qual a instituição é analisada, por seus pares e/ou um órgão externo, cuja finalidade é ajustar condutas que visem à realização de seus objetivos, que segundo Brandalise

[...] Ela tem que identificar aspectos concretos, formais e informais, explícitos ou não, internos e externos, que viabilizem a realização dos objetivos e fins educacionais propostos num projeto institucional. [...] (BRANDALISE, 2010, p. 324)

Diante disso, a escola passa a incorporar um novo conceito de eficácia eficiência, efetividade e responsabilidade, pois sendo avaliada, interna ou externamente, está estará se comprometendo com valores ditados por estas avaliações, sendo responsabilizada pelo sucesso acadêmico da instituição.

Portanto, todas as forças presentes na instituição devem ser analisadas, com foco nos objetivos propostos dentro do projeto institucional, pois o espaço escolar é rico em desafios e experiências que fazem parte da rotina escolar e, no momento da avaliação institucional, a análise desses fatores é crucial no direcionamento das decisões futuras para a instituição. Limeira nos chama a atenção para este fato

O reconhecimento às experiências socialmente vividas pelos sujeitos que compõem o trabalho escolar, associado às possibilidades de novas experiências no sentido de buscar melhorias ao trabalho desenvolvido constitui o (...) combate ao desperdício das experiências. Esse combate é a possibilidade de tornar visível iniciativas e ações ainda não reconhecidas dentro de um modelo instituído como padrão. (LIMEIRA, 2012, p. 8)

No cenário atual, a avaliação institucional ganha cada vez mais espaço dentro das instituições, porém, sua análise ainda carece de estudos a fim de serem mais bem aproveitadas.

1.3.1 Tipos:

1.3.1.1 Avaliação Externa:

Avaliação realizada por agentes externos à unidade educacional. Pode ser realizada pelo Estado ou por organizações internacionais.

No caso do Estado, também chamado de nível *macrossociológico*, que é realizado a nível nacional, Brandalise define como

[...] o Estado se transforma num avaliador externo, (...). Denominado de Estado Avaliador, ele tem o papel de controlar, monitorar, credenciar e oferecer indicadores de desempenho para as escolas e os sistemas de ensino do país. [...] (BRANDALISE, 2010, p. 324)

Esta forma de avaliação, sendo o Estado o avaliador não é bem aceita, na maioria das unidades escolares, pois os avaliados a entendem como um processo de fiscalização, que irá apenas punir aquelas escolas que não se apresentam conforme o que foi tido como ideal pelo Estado. Os agentes escolares tendem a criar mecanismos de defesa, que em muitas das vezes, distorce a real situação da unidade escolar.

No cenário brasileiro o Estado avalia as unidades escolares, através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), vinculado ao MEC (Ministério da Educação) com as seguintes avaliações, na educação básica: Prova Brasil, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Quando realizado por organismo internacionais (OIs), também denominado nível *megassociológico*, busca fixar padrões de desempenho a nível internacional, relacionando os países em níveis de pontuação. Visa à criação de metas para os sistemas educacionais de diferentes países.

Ainda de acordo com Brandalise

A criação desses níveis mais globais (mega e macro) deve-se ao fato de a avaliação ter adquirido grande centralidade nas políticas públicas pelos organismos governamentais, particularmente nas políticas educacionais,

com o propósito de os Estados ampliarem as ações de controle e fiscalização sobre as escolas e os sistemas educacionais, fenômeno apontado pelos estudiosos em avaliação como a presença do “Estado Avaliador” na educação. (BRANDALISE, 2010, p. 324)

Essas avaliações são de suma importância na dinâmica escolar, porém, o Estado tem que entender que esses dados, por si só, não retratam a real situação escolar. Maués (2010) destaca que o estado deixa de ser o único responsável pelo desempenho educacional, compartilhando com as escola e seus pares essa responsabilidade

Uma nova regulação de políticas educacionais é estabelecida: a avaliação de resultados, sendo este imputado à escola e, sobretudo ao professor. Em função disso, a formação e o trabalho docente precisam se adaptar a essa nova regulação, tendo em vista que o currículo e as estratégias de ensino serão, doravante, orientados pelos parâmetros estabelecidos por órgãos externos, que criam os indicadores considerados adequados para atender a demanda dessa etapa da internacionalização do capital. (MAUÉS, 2010, p. 725)

1.3.1.2 ***Avaliação Interna ou Auto-avaliação:***

Em contra partida a esse modelo de avaliação do Estado está a avaliação interna ou auto-avaliação, que é feita pela própria instituição educacional, baseada em sua realidade, onde todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem são ouvidos e que deles emanam as possíveis soluções para a melhora da unidade escolar, tendo também como subsídio os dados das avaliações externas, como nos diz Limeira

A avaliação interna é a possibilidade da escola, através de seus atores (professores, funcionários, gestores, estudante e pais), se apropriarem de um espaço que lhe é próprio e nele construir caminhos para a melhoria da qualidade da educação. É um contraponto da escola frente às políticas de responsabilização a partir de sua realidade. (LIMEIRA, 2012, p. 8)

É uma avaliação realista, baseada na vivência de toda a unidade escolar e que diante disso, será mais bem aceita por todos os envolvidos, pois é deles que emanarão as decisões necessárias para o sucesso da unidade escolar, como nos diz os autores

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados

obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimentos e exercícios de democracia. (SUDBRACK & COCCO, 2012, p. 13)

A avaliação institucional interna possibilita a instituição criar mecanismos próprios que sejam utilizados nas resoluções de suas demandas, tendo em vista que partiram da análise do coletivo de funcionários, dentro da realidade destes. Também é um importante instrumento para o redirecionamento de seu projeto pedagógico, quando é por todos encarado como o retrato fiel da unidade escolar.

1.3.2 Organização:

1.3.2.1 Externa realizada pelo Estado:

No cenário brasileiro o Estado avalia as unidades escolares, através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), vinculado ao MEC (Ministério da Educação) com as seguintes avaliações, na educação básica: SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) de acordo com o sistema abaixo:



Fonte: INEP

Sendo:

ANEB: realizada de forma amostral, com alunos da rede pública e privada, na 4ª série/5º ano, 8º série/9º ano e 3º ano do Ensino Médio. Avalia a qualidade, equidade e eficiência da educação brasileira, ocorre a cada dois anos.

ANRESC/PROVA BRASIL: avaliação censitária, com todas as escolas públicas (mínimo 20 alunos) de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano. Objetivo de avaliar o ensino oferecido nas escolas públicas. Realizada a cada dois anos, desde 1995.

ANA: avaliação censitária com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo de avaliar a alfabetização e letramento em Língua

Portuguesa e alfabetização em matemática, bem como as políticas públicas de oferta de ciclos de alfabetização.

Para os alunos do Ensino Médio foi instituído em 1998 o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), com o objetivo de avaliar os alunos ao fim do ciclo de educação básica, bem como formular políticas públicas para a melhoria deste. É realizado anualmente.

Em 2009 passou a ser considerado como forma de acesso ao ensino superior.

1.3.2.2 *Externa realizada por Organismos Internacionais:*

O órgão de maior expressão desse nível é o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, coordenado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE). No Brasil o PISA é coordenado pelo INEP.

Essa avaliação ocorre a cada três anos, nas áreas de conhecimento de leitura, matemática e ciência e tem como objetivo verificar se o país está preparando os jovens para os desafios do mundo contemporâneo, ainda, segundo o INEP

Além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas. (INEP, 2011)

No atual cenário econômico e político, o PISA tem importante peso nas decisões educacionais dos países participantes.

1.3.2.3 *Interna ou Auto-avaliação:*

Cada unidade escolar, de acordo com sua realidade, estabelece mecanismos de auto-avaliação, mas alguns critérios devem ser adotados de forma unânime por todas, que são:

- O que avaliar? Definição do objeto a ser avaliado. Aspectos pedagógicos, administrativos, sociais, dentre outros.

- Quais dimensões? Forma global, envolvendo setores externos a unidade educacional, mas que estão dentro de uma organização que envolve a unidade? Ou envolvendo apenas a unidade escolar?

- Quem pode/deve avaliar a escola? Definir quem irá participar do ato de avaliação.

- Finalidade? Definição dos objetivos da avaliação.

- Enfoque? Interna ou externa.

- Como, quando, onde e com quais recursos? Definição de metodologias, bem como local e recursos a serem usados no processo avaliativo.

- Como divulgar os resultados e propor melhorias? Plano de trabalho após a análise da avaliação, com as devidas intervenções, de forma bem divulgada.

A avaliação interna obedece algumas etapas importantes para o seu sucesso, explicitadas por Brandalise

1ª) Etapa de Preparação: compreende as ações que antecedem a implementação do processo avaliativo.

- (...)

- definição do projeto de auto-avaliação contendo os seguintes elementos a serem avaliados: (...) procedimentos metodológicos, cronograma, recursos, referências.

2ª) Etapa de Implementação: compreende as ações de elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados, organização e análise dessas informações.

(...)

3ª) Etapa da Síntese: compreende as informações já organizadas, que deverão servir de orientação para as ações que a escola desenvolverá a partir da análise dos resultados pela comunidade escolar.

(...) (BRANDALISE, 2010, p. 324)

Todas essas etapas são de importância ímpar para o bom andamento do processo avaliativo, pois de forma ordenada apresentará um quadro real das necessidades que a escola precisa para a adequação de seu projeto pedagógico.

Também devem ser levados em consideração todos os aspectos que influenciam a prática escolar, pressões sociais, econômicas, políticas e culturais, que estão presente no dia-a-dia da unidade escolar.

Finalizado todo esse processo, caberá ao coletivo à elaboração do documento onde irão constar as prioridades e as novas metas do trabalho pedagógico-administrativo, baseado nos dados que foram coletados ao longo de toda a auto-avaliação, dando um novo norte a unidade escolar e fortalecendo seus laços profissionais.

1.4 Articulação: Avaliação de Aprendizagem e Avaliação Institucional

1.4.1 Formas de gestão e articulações:

Ocorre em sala de aula, a avaliação de aprendizagem em que professor é o detentor de todo o processo. É ele que define o que vai ser avaliado, como e qual o objetivo desta avaliação. O aluno nada mais é que um sujeito passivo, que responde a avaliação e recebe a nota que lhe foi atribuída, sem ao menos questioná-la, sendo esta boa ou ruim.

O professor utiliza a avaliação como forma classificatória, não, na maioria das vezes, analisando seus resultados junto com os alunos, como é retrato por Sordi e Ludke

O discurso da avaliação perde potência quando os sujeitos da relação e em relação desconhecem a natureza multifacetada deste fenômeno e tendem a valorizar resultados obtidos em circunstâncias pontuais, desconsiderando os processos em que se ancoram. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

O professor, neste caso, não abre espaço para questionamentos, interferências internas ou externas. A sua sala de aula passa a ser um local isolado, que não interage com o resto da escola, suas avaliações não interferem no dia-a-dia da unidade escola, e sendo assim, não cabe que outros agentes da escola interfiram em seu modo de avaliação de aprendizagem.

O professor é o único gestor de todo o processo, pois, como nos diz Sordi e Ludke, até a equipe gestora não se sente à vontade para interferir nas salas de aula.

Esta cultura da avaliação ajuda a entender (não a justificar) as recusas frequentes de alguns professores de discutir suas práticas pedagógicas o

que se confronta com o discurso de trabalho coletivo presente na escola. A autonomia do docente não pode ser confundida com a autonomização. Não tem ele a prerrogativa de decidir, por si só, algo que afeta o bem comum e marca o projeto pedagógico da escola. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

Isso provém de uma cultura ainda arraigada no fazer pedagógico das escolas.

Partindo disso, a avaliação nas últimas décadas vem crescendo, saindo do âmbito da sala de aula e passando a envolver toda a unidade escolar, levando, não só alunos a serem avaliados, mas os antigos detentores de processo avaliativo, os professores.

Chegando a esse ponto, estes se viram acuados, pois suas práticas pedagógicas, antes restritas as suas salas de aula, sem sofrer nenhuma interferência, passaram a serem vista e avaliadas, o que causou e ainda causa certo incomodo.

Tanto os gestores escolares, como o Estado e Organismos Internacionais passaram a gerir o processo de avaliação institucional, avaliando-os desde os rendimentos dos alunos, como também os fatores pedagógicos das unidades escolares.

Sendo avaliados dentro da sua unidade escolar, gerenciado pelos gestores locais, os professores têm participação ativa na determinação dos resultados, pois participam do processo do inicio ao fim, mas nem sempre estes conseguem se despir de algumas práticas, que ainda mascaram a realidade pedagógica, tendendo sempre a não exporem as fragilidades de suas salas de aula.

No caso do Estado e de Organismos Internacionais serem os gestores estes tendem a realizar uma avaliação centrada no rendimento dos alunos, desconsiderando as influências externas exercidas sobre as unidades escolares, muito bem expressas por Sordi e Ludke

Entendemos que a escola não pode ser vista de forma insular, desgarrada da realidade social que a envolve. Disto decorre que a avaliação da qualidade de seu processo é influenciada por um conjunto de fatores tanto intra como extra-escolares. Estes não podem ser esquecidos ou silenciados pelas políticas que incidem sobre a escola e seus atores. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

Dessa forma, acentua-se a resistência, tanto dos professores como também dos gestores em aceitar as notas quando estas não são as melhores, e ao longo do processo, buscam mecanismos que venham a melhorar essas notas, mas que, na grande maioria das vezes, mascaram a realidade escolar, se negando a rever suas práticas pedagógicas, bem como a participarem do processo avaliativo.

1.4.2 Fatores determinantes dessa articulação:

Para se quebrar esse processo de não aceitação da avaliação por parte dos atores do processo educacional, faz-se necessária toda uma reformulação desta prática, começando, segundo Sordi e Ludke, pela formação universitária dos futuros docentes e se propagando nas unidades escolares através de cursos de formação para os professores atuantes, e ainda segundo os mesmos

Ao orientar a reflexão do grupo sobre alguns indicadores escolares, a avaliação ajuda a recuperar os referenciais de qualidade que estão subjacentes ao processo de significação dos dados, fazendo emergir contradições, hipóteses, vazios, avanços, indispensáveis ao processo de tomada de decisão rumo ao desenvolvimento qualitativo do projeto pedagógico. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

levando-os, através de suas práticas, ao questionamento de todo o processo avaliativo, como sendo fundamental à mudança para uma visão em que a avaliação seja um processo dinâmico, que envolva o aluno de uma forma contextualizada e não excludente.

Os profissionais de ensino devem ter um novo olhar sobre o que venha a ser aprendizagem, encarando-a como um processo dinâmico, onde todos os envolvidos devam participar, interagindo e formando opiniões em relação ao objeto estudado de forma crítica e atuante. E desta forma, todo o sistema avaliado deve ser revisto, de forma que este seja apenas um mecanismo de retorno para todos os envolvidos e se necessário, reformulem os caminhos para a aprendizagem.

Sordi e Ludke explicam que

A aprendizagem da avaliação institucional implica aprender a participar, aprender a se vincular com um projeto coletivo e aceitar as “dramáticas do

uso do si” para ampliar as chances de êxito de um projeto que não se curva ao instituído simplesmente. (SORDI & LUDKE, 2009, p. 327)

E, quando o sistema educacional for posto em avaliação por agentes externos, que os profissionais avaliados possam, através da análise crítica desses dados, enxergarem novas oportunidades de mudanças qualitativas para o trabalho pedagógico, analisando-os de forma coerente e desprovida de resistências, a fim de se alcançar os patamares necessários ao ensino e aprendizagem dos seus alunos, bem citado no discurso de Cocco e Sudbrack

(...) a avaliação deve ser voltada para o progresso do conhecimento, revisão ou substituição das ações que não mostraram resultados satisfatórios. Nesse processo, todos os sujeitos envolvidos precisam participar desde a formulação das ações ou políticas previstas (...) (SUDBRACK & COCCO, 2012, p. 13)

É um momento em que o grupo tem para exercer o coletivo, de forma que o eu se cale e dê lugar para o nós. Oportunizando que todos possam se posicionar em prol do coletivo, de um projeto real.

Os mesmos autores ainda nos dizem que é um momento em que todos se orientam para a estratégia do compromisso, pois tendo a participação do coletivo em prol do projeto pedagógico, desprovidos de seus interesses pessoais, todos tendem a olhar na mesma direção à escola.

Isso de fato só ocorrerá depois de constantes estudos e amplos debates em torno da avaliação, com foco nas práticas vivenciadas por todos da escola, traçando um novo sentido para esse processo, pois em nível de aprendizagem, o aluno, que historicamente ganha o direito à educação, não pode fazer uso desse direito sendo excluído pelo processo avaliativo.

Ainda segundo os mesmo autores, a avaliação deve ser vista como agente integrador e motivador e não como ameaça e segundo Perrenoud,

[...] sem normas de excelência, não há avaliação; sem avaliação, não há hierarquias de excelência; sem hierarquias de excelência, não há êxitos ou fracassos *declarados* e, sem eles, não há seleção nem desigualdades de acesso às habilidades almejadas dos secundários ao diploma. (PERRENOUD, 1999, p. 26)

Vivemos constantemente em processo de avaliação, porém, este não pode ser usado como processo que se põe a excluir em vez de melhorar, e o professor depois de amplos estudos a respeito de novas formas de avaliar, deve se colocar como facilitador, avaliado de forma clara, objetiva, explícita e coesa, possibilitando uma aprendizagem de qualidade e significativa a todos os seus alunos, principalmente para aqueles que estudam em escolas públicas em locais carentes, com problemas estruturais e sociais.

2 METODOLOGIA

Foi empregada uma pesquisa documental, pois “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico (...), buscando-se novas e/ou interpretações complementares (...).” (RAE, 1995, p. 21)- como relatórios de rendimento da unidade escolar, censo escolar, dados dos exames externos aplicados na escola-, nos trará uma visão documentada do nível de rendimento da unidade escolar.

Foram examinados os dados da Prova Brasil e do IDEB buscando um entendimento a cerca do nível em que a escola se encontra frente às avaliações externas e o que esses índices impactaram na realidade da escola.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, junto aos gestores e professores, tendo em vista que esta nos trouxe um olhar mais dinâmico das práticas de avaliações que acontecem no ambiente escolar, por se entender que os profissionais que ali estão são seres ativos, com uma visão ampla do seu cotidiano, como nos esclarece Demo

Compor a intimidade da vida cotidiana, na sua mais profunda sensibilidade. Levar ao depoimento tão espontâneo que a diferença entre teoria e prática se reduza ao mínimo possível, de tal sorte que aquilo que se diz é aquilo que se faz. (DEMO, 1995, 246)

Numa caracterização de ação pela reflexão no processo a respeito do tema abordado, dando ao investigador os dados descritivos do ambiente investigado, onde foram usados, como métodos investigativos, questionários aplicados aos professores/coordenadores/gestores, com questões do tipo fechadas, relativas à suas respectivas rotinas, mostrando assim a conduta da escola em relação aos exames externos que a escola é submetida, bem como as avaliações internas elaboradas pelos docentes para averiguação do processo de aprendizagem dos alunos e sobre avaliação institucionais da unidade escolar, buscando obter a melhor perspectiva da opinião do entrevistado. Ao delinear de forma precisa e clara o que se deseja, tal procedimento visa garantir a uniformidade de entendimento por parte dos entrevistados, o que contribui para a eficácia, a eficiência e a padronização dos resultados.

As perguntas dos questionários foram divididas, tendo os seguintes focos: (apêndice A)

- Formação, tempo de magistério e tempo de atuação na referida escola: procurando mostrar o conhecimento da causa, bem como o pertencimento ao processo da escola (comum para regentes e direção);

- Construção do PPP e definição dos critérios de avaliação dentro do PPP (comum para regentes e direção);

- Caracterização das turmas em que atuam (para regentes);

- Planejamento dos regentes, com foco nas avaliações de aprendizagem, nas avaliações externas;

- Avaliação institucional, com ênfase no impacto do planejamento docente (regentes e direção).

Em seguida, os dados coletados nos questionários foram tabulados e comparados com os dados da pesquisa documental, fazendo-se um paralelo da prática docente com os dados oficiais, traduzindo em tabelas as opiniões dos pesquisados, explicitadas nos questionários.

Esse paralelo foi complementado pelas observações feitas em campo pelo investigador, dando, por fim, as conclusões a respeito do tema abordado e seus direcionamentos para a unidade escolar, pautados em referenciais teóricos e práticas bem sucedidas presentes em literaturas da área. Demo ressalta, a importância da intersubjetividade para a ciência, de forma a integrar a comunicação, a comparação crítica o conhecimento dos pares de modo a fornecer uma retrato mais próximo do objeto estudado. E Günther

Os acontecimentos no âmbito do processo de pesquisa não são desvinculados da vida fora do mesmo. Isto leva, ainda, a *contextualização* como fio condutor de qualquer análise em contraste com uma abstração nos resultados para que sejam facilmente generalizáveis. Implica, ainda, num processo de *reflexão contínua* sobre o seu comportamento enquanto pesquisador e, finalmente, numa *interação dinâmica* entre este e seu objeto de estudo. (GUNTHER, p. 203, 2006)

O dia-a-dia do entrevistado fornece dados que facilitam a interpretação dos dados coletados através dos questionários, dando ao investigador a visão mais próxima do objeto estudado em seu contexto de atuação.

3 ANÁLISE DE DADOS

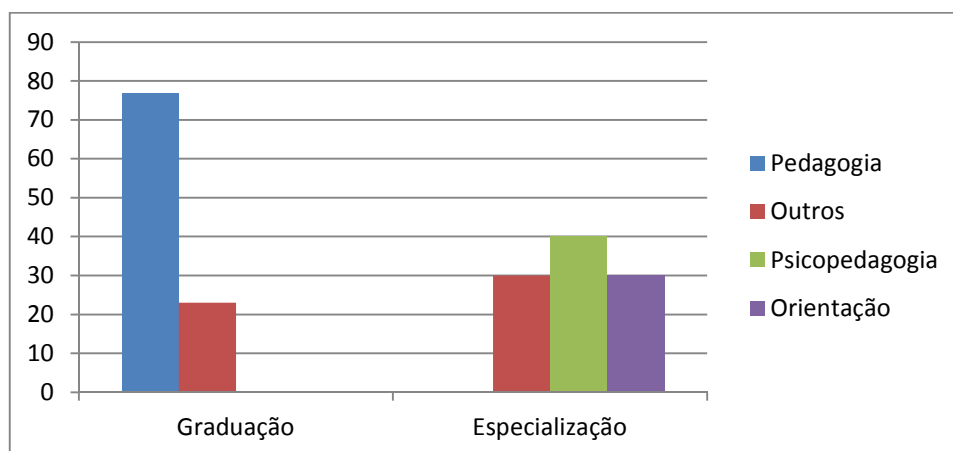
A Escola Classe 12 do Gama foi criada no dia 14 de janeiro de 1966. Após 31 anos de sua criação, em 1997, o prédio já apresentava vários problemas em sua estrutura, levando o governo a reformá-la. Está localizada em uma região considerada, pela grande maioria da comunidade escolar, boa no que diz respeito à localização, serviços e lazer, porém, requer a atenção especial à segurança.¹

A direção da unidade escolar é composta por diretora oriunda da carreira magistério, vice-diretora, oriunda da carreira assistência em educação e uma supervisora da carreira magistério, com média de idade 43 anos, com 14 anos em média de secretaria de educação e 67% com graduação em pedagogia e 33% em letras, todas especialistas, com predominância em orientação educacional.

A escola possui dois coordenadores graduados em pedagogia e que atuam, aproximadamente há 14 anos no magistério.

O corpo docente é formado basicamente pelo sexo feminino, com média de idade de 40 anos, Possuem em média 17 anos de atuação em magistério, sendo 10 anos, em média, de efetiva regência na unidade escolar em pauta; 80% já atuaram em classes de alfabetização. Com relação à formação acadêmica segue gráfico com os dados tabulados.

Gráfico 1 - Corpo Docente 1



Fonte: Questionário aplicado na escola pela pesquisadora.

¹ Fonte: Projeto Político Pedagógico 2008/2009.

Observou-se nas visitas realizada, que a cerca de um ano o quadro de professores está sendo renovado através de aposentadorias e que a grande maioria dos regentes sempre trabalhou nesta unidade.

Outro fator observado é que cerca de 25% dos professores foram criados e ainda moram próximos a esta unidade escolar , tendo neste grupo, quase que sua totalidade, também estudado na escola, mostrando um sentimento de pertencimento com a sua história.

Todos os professores disseram que participaram da construção do Projeto Político e Pedagógico da Escola e que 61% dos professores afirmaram que a comunidade escolar também participou desta construção.

Sobre os critérios de avaliação da unidade escolar 77% dos professores afirmaram que estes estão bem definidos no PPP da escola, porém em conversa com o entrevistador, poucos souberam dizer como de fato são esses critérios.

Dentro da estrutura escolar existe um momento de encontro coletivo-coordenação coletiva² -, onde os partícipes têm a oportunidade de debater, expor, discutir os diversos assuntos que permeiam a prática pedagógica da escola, porém nota-se que em se tratando de avaliações e suas implicações, os docentes, ao afirmarem que desconhecem os critérios sobre avaliações definidos no PPP da escola, não utilizam esse momento para conhecer e debater o tema preferem continuar com suas maneiras de avaliar seus alunos, trocando, por vezes, algumas informações com seus pares, porém de modo informal. Luckesi (1990), como mencionado antes, nos chama a atenção que a forma de avaliar do professor deve está em harmonia com o PPP da unidade escolar, sem isso, o processo deixa de ter sentido, pois o aluno faz parte desta e interage constantemente com o seu meio e deverá ser avaliado segundo todas estas interferências.

Os professores demonstram que a avaliação de aprendizagem leva em consideração apenas o que foi desenvolvido em sala de aula, não interagindo com os demais eventos ocorridos nos ambiente escolar.

² Encontros Semanais, em horário de trabalho, designados para estudos pedagógicos, planejamentos e decisões coletivas.

Observou-se que, nas classes de ensino especial, em meados de setembro, há o estudo de caso³ dos alunos especiais, onde se reúnem professor regente, professores da sala de recursos, orientação educacional, direção, coordenação e professora itinerante⁴, cuja finalidade é se discutir a aprovação ou retenção destes alunos, com vista à estratégia de matrículas para o ano seguinte e, o que conta na verdade é a palavra final do professor regente, as demais partes podem discordar do professor, porém são vozes vencidas. O que não deveria ser, pois segundo as OP's⁵ o consenso deveria prevalecer, também como foi retratado por Sordi e Ludke (2009) quando nos fala que a organização do trabalho escolar é uma atividade ampla, que deve ser pautada pela eficácia do trabalho pedagógica, não sendo levada por interesses individuais, e sim pelas decisões coletivas da unidade escolar.

No Conselho de Classe Final⁶ alguns professores seguem essa mesma linha, leva o aluno para a apreciação dos demais, a fim de ouvir se deve ou não aprova-lo, mas mesmo os outros argumentando a favor deste, se o regente acha que o aluno não tem condições, prevalece o seu parecer e não o do coletivo, como prever a lei.

O ato avaliativo continua a ser uma prática isolada, quem detém o poder é o professor.

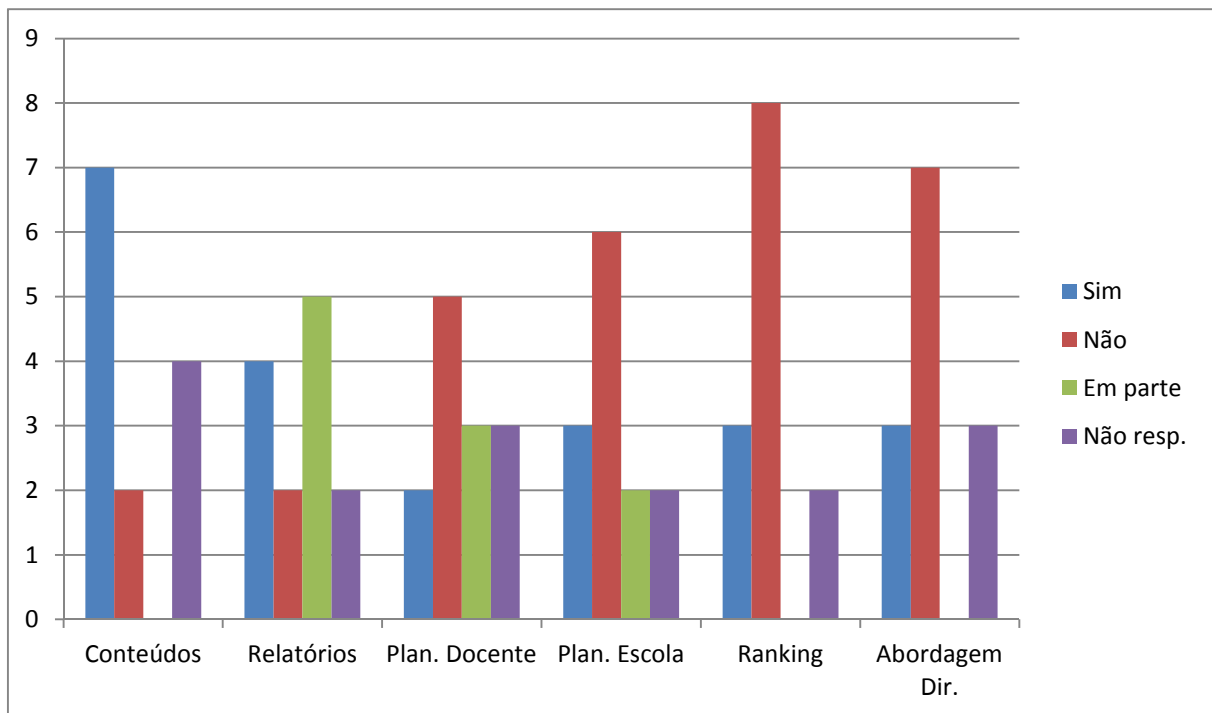
Em relação às avaliações externas o grupo de professores se mostrou apático, dando pouca importância ao processo, fato este verificado através de questionário respondido pelos regentes, com os resultados tabulados no gráfico a seguir:

³ Abordagem metodológica a cerca do desenvolvimento de cada aluno com Necessidades Especiais, bem como o levantamento das estratégias educacionais mais adequadas para o pleno desenvolvimento desses alunos. Na SEEDF está previsto em lei este momento.

⁴ “prestar assessoria às escolas regulares que possuem alunos com necessidades especiais incluídos (...), [tendo] como atribuição a produção de materiais pedagógicos necessários ao trabalho com estes alunos” (SME/IHA/RJ, 1999)

⁵ Orientações Pedagógicas (OP): Manual a cerca dos procedimentos pedagógicos que devem ser adotados no Ensino Especial, bem como na Educação Inclusiva.

⁶ **Conselho de Classe** é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista.



Fonte: Questionário aplicado na escola pela pesquisadora.

A avaliação externa é vista pelo grupo de professores como “pro forma” – uma política pública sem muitos vínculos com a escola.

Apenas um professor da escola se propõe a trabalhar, após a aplicação das provas externas, os conteúdos que foram abordados nestas avaliações. Os demais seguem seu planejamento sem dar importância a este momento.

Ainda de acordo com Sordi e Ludke (2009) essa postura de negação das avaliações externas reflete a insegurança dos docentes em discutir suas práticas pedagógicas, onde o fazer avaliativo é tido como um momento apenas de sala de aula, onde quem dita às regras é o professor desconsiderando o PPP da escola perdendo sua eficácia quando os regentes desconsideram os processos que o justificam e ainda segundo os autores este ato *implica aprender a participar* dentro de um coletivo maior e prol de um projeto que tenha como objetivo ampliar as chances de aprendizagens para o aluno, muito bem enfatizadas, também, por Cocco e Sudbrack (2012) quando nos diz que todo ato avaliativo deve ser posto para o progresso do conhecimento, para rever ou substituir as práticas que não obtiveram êxito e que todos os sujeitos envolvidos no fazer pedagógico devem ser ouvidos e considerados em todas as decisões.

A direção da unidade escolar não conseguiu, ainda, trabalhar os relatórios que são enviados após as correções das provas; onde constam os caminhos a serem adotados pela escola para a correção das falhas observadas. A direção não se sente muito preparada para abordar de forma precisa esses relatórios.

3.1 Análises dos Índices das Avaliações Externas feitas pelo Estado

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o BRASIL

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Tabela 1 - Fonte: Saeb e Censo Escolar. INEP

IDEB – Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: **Município**

UF: **DF**

Município: **Brasília**

Rede de Ensino: Estadual

Série/Ano: 4ª série/5º ano

	Ideb Observado				Metas Projetadas						
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Brasília	4,5	4,8	5,4	5,4	4,6	4,9	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola**UF:** DF**Município:** Brasília**Nome da Escola:** Escola Classe 12 do Gama**Série/Ano:** Todas

4ª série/5º ano 8ª série/9º ano

Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas						
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
EC 12 DO GAMA	4,8	5,2	5,6	5,6	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3	6,5

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

FONTE: INEP – ATUALIZADO EM 14/08/2012

RESULTADOS SAEB/PROVA BRASIL 2011

Tipo de consulta:	Escola
UF:	DF
Município:	Brasília
Escola:	Escola Classe 12 do Gama

Dependência Administrativa/Localização	Anos iniciais do Ensino Fundamental		Anos finais do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Sua Escola	206,4	241,0	*	*
Municipal Rural	*	*	*	*
Municipal Urbana	*	*	*	*
Municipal Total	*	*	*	*
Estadual Rural	195,1	214,3	240,8	252,1
Estadual Urbana	204,0	223,2	243,2	251,7
Estadual Total	203,5	222,6	243,1	251,7

Nota:

* Não houve cálculo para esse estrato, conforme portarias normativas SAEB.

Através destas tabelas nota-se, que em se tratando do Brasil houve crescimento das metas propostas para a educação pública, porém, quando se analisa os ganhos reais para os alunos, esses dados tornam-se menores, pois nos quesitos de cálculo e escrita nossas escolas têm um grande caminho a percorrer. Isso se mostra também a nível local, Brasília superou suas projeções, mas de 2009

para 2011 manteve seu índice, indicando que não houve ganhos reais no ensino-aprendizagem dos alunos. A unidade escolar em pauta apresenta o mesmo quadro, pois também manteve sua nota de 2009 para 2011. Os relatórios enviados sugerem que seja revisto alguns itens que se mostraram insuficiente para o bom desempenho dos alunos, indicando onde a unidade deve pautar seus esforços a fim de continuar crescendo nessas avaliações.

Segundo Maués (2010) a formação e o trabalho docente devem ser revisto de modo a se adequarem as novas demandas impostas pelas avaliações externas, pois estas é que ditaram os rumos da educação, formularão os novos currículos, as novas diretrizes e o corpo docente não pode se colocar a margem dessas novas tendências, novas fronteiras.

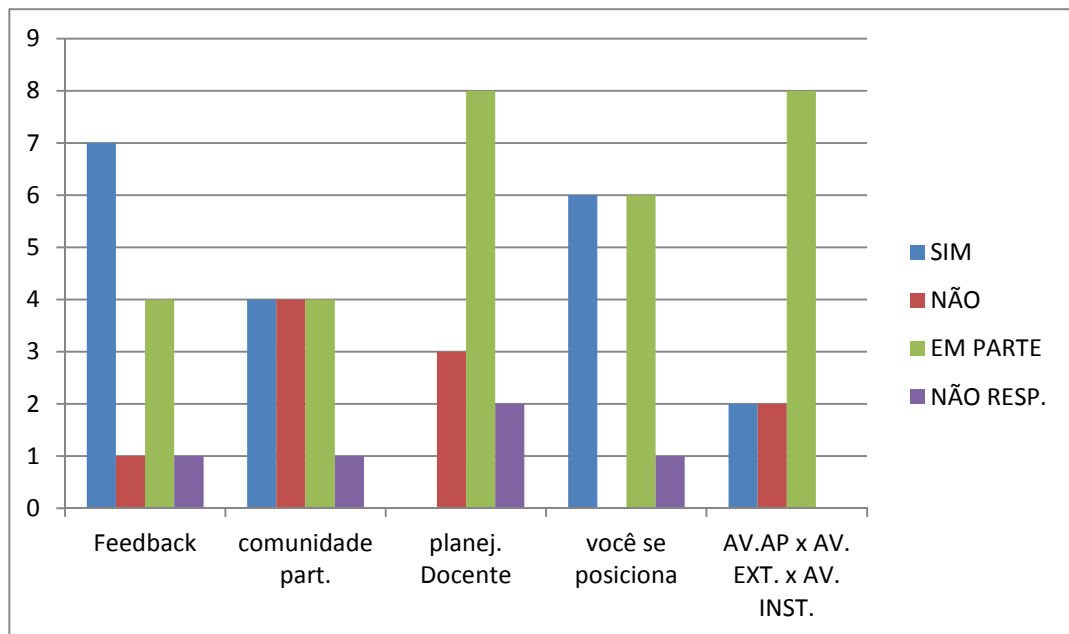
3.2 Análise das Avaliações Institucionais

Os professores relataram que a avaliação institucional serve apenas para apontar as falhas estruturais da escola, como ausência de planejamento da equipe gestores em alguns eventos; ausência física da equipe gestora na escola; falhas na limpeza; falta de apoio da coordenação em sala de aula, etc. Não conseguindo, de fato, fazer um elo de todos esses pontos que são levantados com sua prática de sala de aula. Não se discute a causa pedagógica da unidade escolar.

Foram feitas perguntas as docentes sobre a avaliação institucional, os resultados foram tabulados nos gráfico 3, onde se nota que os regentes não utilizam essa avaliação em sua prática de sala de aula. O que é discutido nesta avaliação não se reflete no planejamento de sala de aula.

Nesta avaliação a equipe gestora é quem elabora os quesitos a serem avaliados pelos demais, e esta não se sente segura na elaboração da avaliação do ato pedagógico de cada professor, colocando apenas uma auto-avaliação para que os professores respondessem, e o resultado era sempre muito bom, não retratando, muitas vezes, a realidade da escola.

Gráfico 3 - Avaliação Institucional 1



Fonte: Questionário aplicado na escola pelo pesquisador.

Os professores não permitem interferências em sua sala de aula. Os coordenadores realizam apenas tarefas que já estavam definidas pela direção, auxiliando apenas nos projetos coletivos da escola. Não há uma interação da prática docente com o coordenador.

Como os alunos são da faixa etária de 06 a 12 anos, a direção e professores dizem que estes não têm maturidade para fazer a avaliação dos seus professores. Em 2009 o governo encaminhou formulário às famílias para que estas avaliassem a escola, seus professores. Os pais avaliaram bem, levaram em consideração apenas se os professores eram frequentes e se seus filhos não eram liberados mais cedo.

Há uma concepção por parte de nossa sociedade, dos pais em si, que nossas escolas são boas, que o que é ofertado como educação está bom. Desconhecem os programas e projetos das unidades escolares. Não acompanham de perto a vida escolar de seus filhos e com isso, não se sentem responsáveis por cobrar uma educação de qualidade, onde seus filhos possam se destacar. E com isso, os educadores se acomodam, fazem o que faziam há décadas atrás, não se importando com as evoluções tecnológicas e sociais, como se a escola estivesse blindada e não sejam necessárias mudanças para acompanhar toda essa evolução.

Os professores e direção não conseguiram perceber que a avaliação institucional é a ferramenta que permite conectar as avaliações de aprendizagem com as avaliações externas, pois é nesta fase de avaliação institucional que se elenca os objetivos que a instituição deverá percorrer para alcançar as metas propostas nas avaliações externas da escola, adequando seu modo pedagógico as novas demandas contemporâneas.

O ato avaliativo na escola, como um todo, acontece de modo isolado. Não se procura trabalhar os pontos fracos que são elencados em cada um dos momentos destas avaliações.

4 CONCLUSÃO

O grande desafio desta unidade escolar é enxergar o potencial que cada ato avaliativo tem, e fazer as devidas conexões entre este, buscando intercalar a demanda com os objetivos a serem alcançados, baseando-se sempre no sucesso da prática pedagógica em prol dos alunos, construindo uma escola sólida e capaz de responder as demandas da nova sociedade que a cada dia de refaz, se redescobre. E essa metamorfose está impregnada nos interiores das escolas, bastando somente que esta se abra e aceite esses novos conceitos que agregados à prática científica trará as respostas necessárias aos nossos anseios de um mundo mais justo onde a educação será companheira inseparável do progresso da humanidade.

No Distrito Federal a função de direção é definida por lei como escolha, através de eleição direta pelos seus pares- professores, com tempo pré definido de 03 anos, e a de 4 coordenador é definido por portaria juntamente com a distribuição de turmas, no início de cada ano letivo e com isso, há um entendimento por parte dos professores, de que como todos são iguais em termos de categoria, ninguém tem mais competência para dizer ao outro se sua prática pedagógica é ruim, não se permitindo, assim, interferências de modo a melhorar o andamento pedagógico. Racionalmente pensamos, que na esfera profissional, devemos nos ater somente aos fatores de nosso trabalho – tarefas a serem realizadas, visando ao alcance de objetivos pré-definidos-, e que todos estando a par disso, desenvolverão suas atividades procurando agir de forma pró ativa, trabalhando em cooperação com os demais membros envolvidos no processo. Mas como nem sempre agimos racionalmente, pois somos seres carregados de energias psíquicas acumuladas ao longo da vida, e que, no ambiente profissional, tende a fluir positivamente ou negativamente, esse processo nem sempre segue as vias normais, leia-se o trecho de Freud

Emite uma ordem e não pergunta se é possível às pessoas obedecê-la. Pelo contrário, presume que o ego de um homem é psicologicamente capaz de tudo que lhe é exigido, que o ego desse homem dispõe de um domínio ilimitado sobre seu id. (FREUD, 1996, p. 145)

trazendo para a gestão o grande desafio de compreender essas limitações e encontrar caminhos que possam atenuar e levar os professores a agirem de forma pró-ativa dentro da unidade escolar.

Cabe ao poder público, como agente do estado, a capacitação dos gestores escolares para lidarem de forma positiva e eficaz com as avaliações nas unidades escolares, sejam elas de aprendizagem, externas e institucionais, de modo que estes possam utilizá-las sem mascarar seus resultados, tão pouco sem ignorá-las.

Diante do cenário apresentado, de muita resistência em aceitar os dados, levando a mudanças de posturas pedagógicas, apresentamos como caminho a ser seguido pela unidade escolar:

- Inicialmente um estudo aprofundado das novas práticas avaliativas, como reflexões a cerca do que se é praticado na unidade escolar;
- Em seguida definir, no coletivo, os objetivos da unidade escolar em relação à avaliação de aprendizagem; onde todos se coloquem aceitando o que o coletivo decidiu e colocando em prática essa decisão;
- Construir um Projeto político e Pedagógico onde todos participem de todas as etapas deste projeto, não se esquecendo de ouvir a comunidade escolar – pais;
- Nas coordenações coletivas rever essas práticas avaliativas, reafirmando o que está dando certo e buscando alternativas para as que não obtiveram êxito. Não deixar para fazer isso apenas nas avaliações institucionais; Permitir que o coordenador pedagógico, bem como equipe gestoras, acompanhe sua prática em sala de aula, oportunizando um novo olhar diante dos desafios de sala;
- A equipe gestora deverá buscar formação a cerca de todas as etapas dos processos avaliativos com foco no *feedback* destas para o grupo de professores;
- A equipe gestora deverá analisar os relatórios de rendimentos e discuti-los com os professores os melhores caminhos para sanar as incoerências apresentadas;
- Utilizar a avaliação institucional como ponte entre as avaliações de aprendizagem e as avaliações externas, propondo ações que contemplem os

objetivos a serem alcançados. Nesse momento, todos devem se desarmar e encarar a avaliação como um momento de auto-avaliação de sua prática pedagógica.

A escola pública só será alçada a excelência esperada quando enxergar que são os professores e gestores os elos necessários para a construção do verdadeiro conhecimento, despido de interesses individuais, pautados na excelência para a excelência. É possível? Sim, para o conhecimento, tudo é possível!

Bibliografia

- AFONSO, Almerindo Janela, Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão Crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Escola, currículo e avaliação (Série Cultural, Memória e currículo; v.5). São Paulo: Cortez, 2005.
- BELLONI, I.; BELLONI, J. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, L. C. (Org.). Avaliação de escolas e universidades. Campinas, SP.: Komedi, 2003, p. 9 - 34.
- BRANDALISE, M. Â. (2010, p. 324). *Avaliação institucional d escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar do professor.* Ponto Grossa: Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardoprofessor>.
- DEMO, P. (1995, 246). *Metodologia científica em ciências sociais.* (3ª edição ed.). São Paulo: Ed. Atlas.
- DURKHEIM, E. (1995, p. 282). *A evolução pedagógica.* Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas.
- FREUD, S. (1996, p. 145). *O mal-estar na civilização* (Vol. v. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- GUNTHER, H. (Maio-Ago 2006 de p. 203, 2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Está È a Questão. *Psicologia:Teoria e Pesquisa, Vol 22.*
- INEP. (2011). *PISA.* Fonte: INEP: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>
- INEP. (s.d.). *IDEB.* Fonte: INEP: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>
- JACOMINI, M. A. (2009, p 562). *Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. Educação e pesquisa.* São Paulo, São Paulo: Fauldade Taboão da Serra.
- LIMEIRA, L. C. (2012, p. 8). *Avaliação Institucional na escola pública brasileira: mecanismos contraditórios e complementares na educação.* Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília.
- LUCHESI, C. C. (1990, p. 71). *Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola? A construção do projeto d ensino e avaliação.* (Vol. n. 8). São Paulo, São Paulo: FDE.

- Luck, H. (2006). *Gestão Educacional : uma questão paradigmática. Vol. 1. Cadernos de Gestão*. Petrópoli, Rio de Janeiro: Vozes.
- LUCK, H. (2009, p. 102). *Gestão Educacional: uma questão paradigmática. Série Cadernos de Gestão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MAUÉS, O. C. (2010, p. 725). *A avaliação e a regulação: o professor e a responsabilização dos resultados. In DALBEN, ângela Imaculda de Freitas (org.) et. Al. Convergências e tensões no campo de formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PAOLI, J., & COSTA, M. (2004, p. 136). *Os ciclos de formação no contexto da democracia política: o discurso pedagógico no cotidiano escolar. In: MOLL, J. et al. \ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed.
- PERRENOUD, P. (1999, p. 26). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre suas lógicas*. (P. C. Ramos, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- SORDI, M. L., & LUDKE, M. (2009, p. 327). *Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: Aprendizagens necessárias. Avaliação*. Sorocaba, São Paulo: Campinas.
- SUDBRACK, E. M., & COCCO, E. M. (2012, p. 13). *Avaliação no contexto escolar: Regulação e/ou emancipação. Seminário de pesquisa em educação da região sul*. Região Sul, Sul: IX ANPED SUL.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DIREÇÃO/COORDENAÇÃO

Este questionário faz parte do projeto de monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar, ministrado pela Escola de Gestores da UnB, com o tema de ***Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Avaliação Institucional da Escola.***

O objetivo deste questionário é fundamentar o projeto de pesquisa em relação às avaliações que ocorrem no interior das escolas e suas interações com as práticas escolares.

Dados de identificação:

1- Idade:

2- Sexo:

() masculino () feminino

3- Tempo de magistério (em anos):

4- Formação Acadêmica:

() magistério () graduação – área: _____

5- Especialização:

() não () sim – área: _____

6- Qual sua função na escola?

() diretor(a) () vice-diretor () supervisor pedagógico
() regente () coordenador

7- A direção/coordenação trabalha os relatórios dos resultados das avaliações externas com o grupo de professores?

sim não em parte

8- Através dos relatórios dos resultados das avaliações externas o grupo de professores redireciona seus planejamentos de sala de aula?

sim não em parte

9- A avaliação institucional ocorre de forma ampla, abrangendo toda a comunidade escolar?

sim não em parte

10- Há uma interação entre avaliação de aprendizagem, avaliação externa e avaliação institucional no âmbito desta unidade escolar?

sim não em parte.

11- A direção/coordenação sente segurança em trabalhar todos os dados das avaliações com os seus professores/servidores?

sim não em parte

12- A SEEDF deveria ofertar capacitação em relação as avaliações de aprendizagem, avaliações externas e avaliações institucionais aos seus servidores?

sim não.

Agradeço o empenho em responder este questionário!

QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Este questionário faz parte do projeto de monografia do curso de Especialização em Gestão Escolar, ministrado pela Escola de Gestores da UnB, com o tema de ***Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Avaliação Institucional da Escola***, aplicado na Escola Classe 12 do Gama.

O objetivo deste questionário é fundamentar o projeto de pesquisa em relação às avaliações que ocorrem no interior das escolas e suas interações com as práticas escolares.

Dados de identificação:

8- Idade:

9- Sexo:

() masculino () feminino

10-Tempo de magistério (em anos):

11-Formação Acadêmica:

() magistério () graduação – área: _____

12-Especialização:

() não () sim – área: _____

13-Qual sua função na escola?

() diretor(a) () vice-diretor () supervisor pedagógico
() regente () coordenador

14-Tempo de atuação na atual escola

15-Atua ou já atuou em classes de alfabetização?

() não () sim. Quantos anos? _____

9 - Atualmente trabalha em que série/ano?

Sobre o planejamento da escola:

1- A escola possui o Projeto Político Pedagógico?

() sim () não.

2- Se sim, este projeto foi construído por:

() pela direção () pela direção e professores

() foi enviado pela CRE () pela comunidade escolar.

3- No PPP estão bem definidos os critérios de avaliação da sua escola?

() sim () não.

Para regentes:

Sobre a turma em que atua:

1- A turma em que você atua é composta basicamente por alunos que estão dentro da faixa etária correspondente para a atual série/ano?

() não () sim

2- Existem alunos defasados na turma?

() sim () não.

3- Existem alunos com necessidades especiais na turma?

sim não

4- Se sim, esses alunos são assistidos pela sala de recursos?

sim não

5- Os pais/responsáveis de seus alunos acompanham a vida escolar de seus filhos?

sim não em parte

Sobre seu planejamento:

1- No início do ano letivo você costuma fazer uma sondagem no nível de aprendizagem de sua turma?

sim não

2- Se sim, qual o mecanismo utilizado?

observação do professor do desempenho do aluno em sala de aula.

provas de nivelamento

trabalhos

outros: _____

3- Esta sondagem tem como objetivo:

ajuda-lo(a) no planejamento de suas aulas.

serve apenas para saber o nível da turma.

4- Você avalia a aprendizagem dos seus alunos com (marque quantas quiser):

- provas escritas seminários
 leituras trabalhos
 provas orais atividades complementares
 observações em sala de aula outros: _____

5- Em caso de avaliações escritas (provas), você costuma aplicá-las quando?

- após o término de um conteúdo.
 somente no final do bimestre.
 aplico várias avaliações no bimestre em cada matéria.
 outros.

6- Caso o desempenho da maior parte da turma não for satisfatório, você:

- segue com o conteúdo planejado.
 aplica outra avaliação.
 rever seu planejamento, a fim de propor novas ações para um melhor aproveitamento da turma.

7- As avaliações externas - Provinha Brasil e Prova Brasil - são aplicadas na sua turma:

- sim não

8- Você acha que os conteúdos abordados nestas provas estão em coerência com as competências e habilidades para as séries/anos em questão?

- sim não.

9- Você concorda com as conclusões dos relatórios produzidos, após as aplicações e correções destas avaliações?

- sim não em parte.

10- Os resultados dessas avaliações interferem em seu planejamento?

sim não em parte.

11- Sua escola trabalha em seu planejamento geral os resultados destas avaliações?

sim não em parte

12- O ranking da escola nessas avaliações é divulgado para a comunidade em geral?

sim não.

13- A direção de sua escola está bem preparada para abordar e trabalhar os dados das avaliações externas com o grupo de professores?

sim não.

14- Em sua opinião, a SEEDF deveria oferecer uma capacitação para direção e professores sobre como aproveitar melhor as avaliações externas de aprendizagem no âmbito da sala de aula?

sim não

Sobre avaliação institucional

1- Em sua escola ocorre a avaliação institucional?

sim não

2- Se sim, ela ocorre:

uma vez por ano

uma vez por semestre

a critério da direção.

3- São avaliados:

- somente questões pedagógicas.
- somente questões administrativas.
- questões pedagógicas e administrativas.
- a critério da direção.

4- A um *feedback* das questões levantadas?

- sim
- não
- em parte

5- A comunidade escolar participa?

- sim
- não
- em parte

6- Essa avaliação interfere em seu planejamento de sala de aula?

- sim
- não
- em parte.

7- Você costuma se posicionar nessas avaliações?

- sim
- não
- em parte.

8- Em sua opinião, há relação entre avaliação de aprendizagem (internas e externas) e avaliação institucional?

- sim
- não
- em parte

Agradeço o empenho em responder este questionário!

APÊNDICE B

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Corpo Docente 1	32
Gráfico 2 - Avaliações Externas 1	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 3 - Avaliação Institucional 1	39
Tabela IDEB	35
Tabela SAEB/PROVA BRASIL.....	36